

**CONAMA – CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

<b>RESOLUÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>ALTERA / COMPLEMENTA</b>	<b>REVOGA</b>
469/2015	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.	307/2002	
465/2014	Dispõe sobre os requisitos e critérios técnicos mínimos necessários para o licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens de agrotóxicos e afins, vazias ou contendo resíduos.		334/2003
452/2012	Dispõe sobre os procedimentos de controle da importação de resíduos, conforme as normas adotadas pela Convenção da Basiléia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito.		08/1991 23/1996 235/1998 244/1998
448/2012	Altera os arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10 e 11 da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA.	307/2002	
431/2011	Altera o art. 3o da Resolução no 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, estabelecendo nova classificação para o gesso.	307/2002	
411/2009	Dispõe sobre procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa, bem como os respectivos padrões de nomenclatura e coeficientes de rendimento volumétricos, inclusive carvão vegetal e resíduos de serraria.	379/2006	
404/2008	Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos.		308/2002
386/2006	Altera o art. 18 da Resolução CONAMA nº 316, de 29 de outubro de 2002. Sistemas de Crematórios.	316/2002	
358/2005	Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.		283/2001
348/2004	Altera a Resolução CONAMA no 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.	307/2002	
336/2003	Dispõe sobre a revogação das Resoluções CONAMA nºs 005, de 9 de outubro de		005/1995

	1995 e 288, de 12 de julho de 2001.		288/2001
330/2003	Institui a Câmara Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos.	360/2005 376/2006	
316/2002	Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos.		
313/2002	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.		
308/2002	Licenciamento Ambiental de sistemas de disposição final dos resíduos sólidos urbanos gerados em municípios de pequeno porte.		404/2008
307/2002	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.	348/2004 431/2011 448/2012	
283/2001	Dispõe sobre o tratamento e a destinação final dos resíduos dos serviços de saúde.		358/2005
275/2001	Estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva.		
264/1999	Licenciamento de fornos rotativos de produção de clínquer para atividades de co-processamento de resíduo.		
228/1997	Dispõe sobre a importação de desperdícios e resíduos de acumuladores elétricos de chumbo.		
023/1996	Regulamenta a importação e uso de resíduos perigosos.	235/1998 244/1998	37/1994 452/2012
005/1995	Cria dez Câmaras Técnicas Permanentes para assessorar o Plenário do CONAMA (Assuntos Jurídicos, Controle Ambiental, Ecossistemas, Energia, Gerenciamento Costeiro, Mineração e Garimpo, Recursos Hídricos e Saneamento, Recursos Naturais Renováveis, Transportes, Uso do Solo) e estabelece suas competências.		336/2003
037/1994	Adota definições e proíbe a importação de resíduos perigosos - Classe I - em todo o território nacional, sob qualquer forma e para qualquer fim, inclusive reciclagem/reaproveitamento		23/1996
019/1994	Autoriza, em caráter de excepcionalidade, a exportação de resíduos perigosos contendo bifenilas policloradas - PCBs		Finalidade Cumprida
017/1994	Prorroga o prazo do Grupo de Trabalho Interministerial, criado pela Resolução CONAMA nº 007/94, que adota definições e proíbe a importação de resíduos perigosos - Classe I - em todo o território nacional, sob qualquer forma e para qualquer fim, inclusive reciclagem.		Finalidade Cumprida

007/1994	Adota definições e proíbe a importação de resíduos perigosos - Classe I - em todo o território nacional, sob qualquer forma e para qualquer fim, inclusive reciclagem.		037/1994
005/1993	Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos gerados nos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviário.	358/2005	
006/1991	Dispõe sobre a incineração de resíduos sólidos provenientes de estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos.		
003/1991	Dispõe sobre a criação de Câmara Técnica permanente para assessorar o plenário do CONAMA.		05/1995
013/1989	Dispõe sobre a competência da Câmara Técnica para acompanhamento e análise do destino final do lixo radioativo produzido no país.		03/1991
006/1988	Dispõe sobre o licenciamento de obras de resíduos industriais perigosos.		313/2002
<b>LEI</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>ALTERA / COMPLEMENTA</b>	<b>REVOGA</b>
12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.		
10.650/2003	Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA.		
10.410/2002	Artigo 4º - "Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente.		
9.985/2000	Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.		
9.966/2000	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.		
10.165/2000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.		
9.795/1999	Lei de Educação Ambiental - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências		
9.605/1998	Lei dos Crimes Ambientais - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.		

8.005/1990	Dispõe sobre a cobrança e a atualização dos créditos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e dá outras providências.		
7.802/1989	Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.		
6.938/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências		
<b>DECRETOS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>ALTERA / COMPLEMENTA</b>	<b>REVOGA</b>
5940/2006	Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.		
4.074/2002	Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providência.		
<b>PORTARIA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>ALTERA / COMPLEMENTA</b>	<b>REVOGA</b>
464/2007	Os produtores e os importadores de óleo lubrificante acabado são responsáveis pela coleta de todo óleo lubrificante usado ou contaminado, ou alternativamente, pelo correspondente custeio da coleta efetivamente realizada, bem como sua destinação final de forma adequada.		
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>ALTERA / COMPLEMENTA</b>	<b>REVOGA</b>
015/2012	Recomenda ao Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos a		

	aprovação da proposta do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.		
014/2012	Recomenda a adoção da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação – ENCEA.		
<b>RELATÓRIO - RESOLUÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>ALTERA / COMPLEMENTA</b>	<b>REVOGA</b>
416/2009	Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada - Apresentado na 104ª RO.		
362/2005	Percentual mínimo de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC) - Apresentado na 106ª RO.		

Fonte: <http://www.mma.gov.br/port/conama/estr.cfm>  
<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiano.cfm?codlegitipo=3>